

6.

Conclusão

Ao longo desta dissertação, procuramos analisar o pensamento internacional de dois dos maiores pensadores internacionais brasileiros das décadas de 1890-1910, figuras que, ao nosso ver, vem tendo parte de suas vastas obras negligenciadas por pesquisadores interessados em compreender o pensamento, a formulação e a implementação de política externa na Primeira República, sobretudo Oliveira Lima.

Argumentamos, inicialmente, que o pensamento internacional brasileiro e a tradição político-diplomática se co-constituem em processos de construção intersubjetiva. Posteriormente, identificamos a prevalência de quatro paradigmas ou conjuntos de ideias-bases que serviram à tarefa de dar sentido à complexidade do mundo na busca de determinados objetivos estatais, espécies de propósito moral do Estado. Dentro de nossa definição, paradigmas foram apresentados como exemplos de estruturas cognitivas. Enquanto tais, representaram parte considerável do que se poderia chamar de “cultura internacional” de determinada sociedade.

No século XIX, o propósito moral das elites passou pela criação do Estado-nação e a sua aceitação no sistema moderno de nações. Duas formas de pensar as relações internacionais emergiram. O paradigma saquarema encontrava-se sustentado pelo tripé Ordem – Centralização – Estadocentrismo, de matriz realista inspirada na *raison d'État*. Do outro lado do espectro político, o paradigma luzia se assentava sobre aquele da Liberdade – Federação – Sociocentrismo, de matriz grociana.

O ideário dos primeiros se baseava na ordem, a qual deveria ser imposta dentro e fora do Império. Lançar-se-ia mão do intervencionismo, quando as demais políticas falhassem. “O *uti possidetis* na paz; a intervenção militar, na guerra,” como bem notou Lynch.³⁰⁵ Aos segundos, o direito se sobreporia à ordem. A neutralidade seria a linha de atuação que mais se aproximaria ao ideário

³⁰⁵ LYNCH, op. cit., p. 34.

liberal. Assistiu-se, dessa forma, ao embate dialético entre Ordem e Liberdade; Poder e Direito.

Findado com êxito o processo de construção do Estado nos primeiros anos da Primeira República, a diplomacia se voltou, ao longo do século XX, à consecução de dois objetivos centrais: a busca por desenvolvimento e autonomia. Novamente, dois conjuntos de ideias-bases ajudariam os operadores de política externa a dar sentido à realidade. De um lado, o americanismo, paradigma preponderante na política exterior brasileira até o início dos 1960. Do outro, o globalismo, paradigma que veria na Política Externa Independente a sua versão mais bem acabada.

Procuramos demonstrar ainda que, embora o globalismo se efetivasse em discurso oficial apenas nos anos 1960, suas ideias-bases remontam ao pensamento internacional de Oliveira Lima. Da mesma forma, o pensamento americanista encontrará em Joaquim Nabuco um dos seus mais brilhantes e entusiasmados defensores. Enquanto complexos normativos, os paradigmas luzia e saquarema, americanista e globalista auxiliariam os agentes estatais na tarefa de atribuir sentidos e propor respostas aos desafios impostos pela realidade ao longo de todo o século XX. Foram verdadeiros “mapas cognitivos”, na expressão de Maria Regina Soares de Lima.³⁰⁶ Daí, a importância em torno do pensamento de Joaquim Nabuco e Oliveira Lima.

A despeito do amplo reconhecimento intelectual que, sobretudo, a obra de Nabuco vem recebendo desde sempre, “a impressão geralmente publicada é a de que, do ponto de vista político, elas não passariam de propaganda sem valor, expressão de saudosismo monarquista ou despeito aristocrático. Resultado: celebra-se o Nabuco abolicionista, porque “progressista” e “moderno”, e detrata-se o monarquista, porque “atrasado” e “conservador”.³⁰⁷ Igualmente, festeja-se o político social-democrata e se esquece o do embaixador panamericanista.

Lynch denuncia equívocos naqueles enfoques que tendem a ler Nabuco como “conservador” ou “atrasado” enquanto “monarquista”, numa espécie de relação indissociável entre monarquia e escravidão, progresso e república.

³⁰⁶ LIMA, op. cit., p. 34

³⁰⁷ LYNCH, Christian. O Império é que era a República: a monarquia republicana de Joaquim Nabuco. Lua Nova (Impresso), v. 85, 2012, p. 2.

Parece-me que diversos equívocos predominam nesse enfoque, entre os quais a falta de familiaridade com a cultura liberal oitocentista; um intencionalismo mal-entendido, descontextualizado ou anacrônico; a persistência de métodos reducionistas que aprisionam seu pensamento nas malhas do psicologismo ou dos supostos vínculos de classe; e mesmo o descuido com o chamado pensamento brasileiro, manuseado ainda com frequência sem o carinho prontamente dispensado, contudo, aos teóricos estrangeiros. A maioria desses equívocos, todavia, decorre de uma interpretação de corte evolucionista e positivista da passagem da monarquia à república que serve de pano de fundo ao exame do “segundo Nabuco”.³⁰⁸

A República seria o resultado de um automatismo teleológico que substituiria um regime de governo decadente, ultrapassado e perdido na evolução da história. A escravidão seria sinônimo de monarquia. A liberdade, a de república. É como se a monarquia inglesa fosse mais atrasada do que as repúblicas latino-americanas. Ou se a escravidão norte-americana - que levaria aquele país a mais sangrenta guerra civil do século XIX – fosse mais aceitável do que aquela do Império – onde todo o processo de abolição foi feito de maneira não sangrenta, diga-se de passagem.

Essa interpretação luzia da passagem da monarquia à república tem dificultado sobremaneira, quando não impedido, uma avaliação serena da obra nabuqueana no período, condenada pelo evolucionismo/positivismo por ser liberal, e pelo marxismo, por ser conservadora. Ela confere ao advento deste regime um caráter falso de necessidade histórica, na medida em que confunde dois objetos distintos de análise: a oligarquização ou democratização como processo histórico, isto é, conjunto de causas e conseqüências de um processo de mudança social, que teria um “sentido”, e a instauração da república enquanto modalidade de mudança, resultante de uma dinâmica particular e acidental de ação coletiva. Na verdade, nada há que indique que o processo de mudança social em curso exigisse a instauração da república, ou seja, que ele não pudesse ter-se operado sob o signo do Império reformado, federalizado, na forma de uma “república velha coroada”.³⁰⁹

Assim como no pensamento de Nabuco, os críticos vem sublinhando a existência de um certo saudosismo aristocrático nesta leitura da história brasileira. As palavras de Gilberto Freyre são providenciais.

³⁰⁸ FREYRE, Gilberto, p.11, *In* Prefácio de Formação Histórica da Nacionalidade Brasileira. Topbooks, 3ed. São Paulo, 2000.

³⁰⁹ Idem, p. 3-4.

Não suponha ninguém que a Oliveira Lima seduzisse no regime monárquico, dentro do qual o Brasil se formou e se estabilizou, o Estado ou o Governo Forte, a mística de Ordem, o sentimento de Unidade absoluta. Ao contrário: tanto quanto Joaquim Nabuco, Oliveira Lima temia principalmente na República um governo no qual fosse essencial ao brasileiro, como a outros povos sul-americanos, “desistir da liberdade para obter a ordem”. Seu pendor pelo regime monárquico vinha, em grande parte, do fato de ter sido um longo período de relativa liberdade e não apenas de relativa estabilidade para grande parte da população brasileira. Um período em que, dentro de condições nem sempre favoráveis a requintes morais, a dignidade humana foi respeitada pelos homens de governo: às vezes magnificamente respeitada. Tradição que empalideceria na República: na atual mais do que na primeira.³¹⁰

Não raro, Nabuco é ainda retratado como contraditório, complexo, contrastante ou unificador dos contrários. Nas palavras de Gilberto Freyre, formulador desta última expressão, “Joaquim Nabuco mudou mais de uma vez de atitude e de ritmo de ação. Mudou de atitude para com o Pai, a Mãe, o Império, a Igreja, a América, a república.” Ao final da vida, Nabuco “já era então uma síntese, das chamadas dramáticas, de experiências diversas e até de atitudes contraditórias.”³¹¹

Celso Amorim destaca “a contradição entre o sentimento antiescravista, que acompanha Nabuco desde a juventude e a afinidade - que tem algo de racional, algo de sentimental - com um regime político cuja base era a própria escravidão.” Ressaltaria ainda que “[...] Por outro lado, é justamente esse convívio de contrários que torna a personalidade de Joaquim Nabuco objeto do fascínio de tantos estudiosos.”³¹²

De imediato, a obra e ação política de Nabuco poderiam se revelar demasiadamente contraditórias. É como se dois Nabucos tivessem habitado o mesmo corpo. O primeiro, abolicionista e liberal radical; admirador incontestado do modelo civilizatório britânico e dos valores protestantes; opositor a uma maior aproximação dos Estados Unidos na política externa. O segundo, aristocrático e nostálgico do Império; admirador das instituições e do espírito público norte-americano; católico reconvertido; e, ferrenho defensor da política monroísta da República.

³¹⁰ Idem.

³¹¹ FREYRE, Gilberto *in* Prefácio de INSTITUTO JOAQUIM NABUCO DE PESQUISAS SOCIAIS. Iconografia de Joaquim Nabuco, 1975, p. 16-17.

³¹² AMORIM, Celso. As Duas Vidas de Joaquim Nabuco: O Reformador e o Diplomata. Conferência do Ministro Celso Amorim na Academia Brasileira de Letras em homenagem ao centenário do falecimento do Embaixador Joaquim Nabuco. FUNAG, Brasília, 2010, p. 10.

A chave para se compreender o pensamento político do autor está em seus arraigados ideias liberais, ou como menciona Nogueira, em “seu liberalismo multifacetado”³¹³. Antes de mais nada, Nabuco foi coerente em suas crenças e em seu pensamento político internacional. Foi guiado por um idealismo prático que direcionaria o estadista ao progresso e ao desenvolvimento nacional. Procurou através de sua obra e ação política alcançar aqueles valores que considerava superior: “esclarecimento, capacidade, moralidade, civismo, tolerância, abertura à democracia”³¹⁴.

Em um primeiro momento, seria na “Inglaterra vitoriana que esses valores pareciam mais bem se materializar.”³¹⁵ Daí o seu olhar atento à Inglaterra. No entanto, com o crescente ímpeto imperialista europeu e o desenvolvimento do espírito público norte-americano, o ideal a ser alcançado melhor se materializaria ao norte do continente americano. Outrossim, com o golpe de 1889, o Brasil passara a pertencer, de fato, ao continente americano.

Nabuco desde os tempos escolares se mostraria republicano. Republicano enquanto defensor do espírito público e promotor de uma moralidade cívica inclusiva de toda a sociedade. Seria, no entanto, através da monarquia que tais ideais liberais seriam mais bem alcançados no Brasil. Na impossibilidade da sua restauração, restaria ao grande pensador da condição brasileira buscar meios de alcançar os mesmos fins. Seria, então, na República que seguiria a sua luta pela promoção dos valores liberais.

Fui e sou monarquista, mas essa é uma caracterização secundária para mim, acidental; a caracterização verdadeira, tônica, foi outra: liberal - liberal não no sentido partidário, estreito, mas no sentido que decorre destas duas consciências profundas que tenho em mim, de criatura de Deus e de membro da humanidade. Essa é a caracterização política da minha vida, como a afetiva é a brasileira. São essas três grandes correntes morais - Deus, Pátria, Humanidade - que formaram a zona temperada do meu liberalismo, a única em que vivi. Por isso chamaram-me na Monarquia republicano e por isso fiquei na República monarquista.³¹⁶

Defenderia o parlamentarismo enquanto forma de governo; a criação de uma espécie de poder moderador – apartidário e dotado das qualidades cívicas -; a

³¹³ NOGUEIRA, op. cit. 2009.

³¹⁴ LYNCH, op. cit., p. 7.

³¹⁵ Idem, p. 7.

³¹⁶ Em carta a Domingos Alves Ribeiro. Sem data. In NABUCO, Joaquim. Obras Completas de Joaquim Nabuco, vol XIV: Cartas a amigos. São Paulo: Instituto Progresso Editorial, 1949D, v. II, p. 24-25.

criação de uma “opinião pública comum a toda a América” que pudesse “polir até o máximo de perfeição as instituições políticas de todos os Estados americanos” e que atuasse contra “a arbitrariedade dos próprios governos”. Na ausência de sociedade civil no continente, caberia aos Estados Unidos a liderança neste processo.³¹⁷

Permaneceria até o fim monarquista “por considerar que o advento do regime republicano, nas condições propostas, viria a prejudicar e não a favorecer o advento de uma sociedade autenticamente republicana, liberal e democrática entre nós.”³¹⁸ Foi, pois, um “monarquismo instrumental”.³¹⁹ Nabuco seria republicano nos Estados Unidos e monarquista na Inglaterra. No Brasil, as vicissitudes de formação do Estado e as condições de formação sociológicas da sociedade demonstrariam estar no regime monárquico o melhor arranjo institucional.

Nas relações internacionais, viu no relacionamento com os Estados Unidos o eixo da política externa brasileira. Desde o 15 de novembro de 1889, o destino do Brasil passara a ser a América. O contato próximo com o gigante do norte se mostraria útil à consecução do progresso material e moral do país. A propósito, lograra êxito na tarefa de impedir a taxaço do café brasileiro, medida que dificilmente seria obtida por outro diplomata que não dispusesse de estreito relacionamento com o Congresso americano.³²⁰ Não fora, pois, um pensador idealista enquanto ingênuo. Antes, um idealista prático.

Oliveira Lima, por outro lado, fora o precursor do paradigma globalista no Brasil. Apelidado carinhosamente por Gilberto Freyre de “Dom Quixote Gordo” e de “Embaixador Cultural do Brasil” por Goran Bjorkman, aquele autor se manteria por anos perdido na histórica diplomática nacional. Recentemente, alguns autores vêm se esforçando no trabalho de recuperar a memória e o legado de um dos mais originais pensadores das relações internacionais brasileiras no século XX.

Para Gilberto Freyre a razão do seu esquecimento foi “a sua muita ausência do Brasil; o fato de muito ter vivido, por força de se sua atividade de

³¹⁷ NABUCO, Essencial. Organização e introdução de Evaldo Cabral de Mello. Penguin Classics e Companhia das Letras, 2010, p. 555-556.

³¹⁸ LYNCH, op. cit., p. 5.

³¹⁹ Idem, p. 5.

³²⁰ RICUPERO, op. cit., p. 100.

diplomata, além-mar; a sua muita permanência tanto na Europa como nos Estados Unidos.³²¹ Some-se à distância de casa, a atuação independente e vanguardista que marcaria a sua trajetória na diplomacia. Oliveira Lima atuou na contramão das regras políticas estabelecidas pela sociedade de sua época. Como sanção, o esquecimento.

Os diplomatas imortalizados no panteão de heróis nacionais são figuras que, além da proeminência intelectual e da ação política, se conformaram com as regras políticas de seu tempo. Respeitariam a hierarquia e dedicariam toda uma vida aos serviços diplomáticos. Oliveira Lima não poupou críticas à República, à política externa brasileira e aos chefes.

Após o afastamento da carreira – que recebeu o nome oficial de aposentadoria –, viveria pelos próximos vinte anos no exterior. Sua majestosa biblioteca seria doada a uma universidade americana e seu corpo enterrado em Washington. Não seria exemplo às gerações vindouras de diplomatas. Foi duro crítico e principal opositor ao maior ícone da diplomacia nacional. Ademais, o crescente espírito de corpo da diplomacia brasileira do século XX ia na contramão do espírito polêmico e independente de Oliveira Lima.

Não à toa, tornou-se uma espécie de figura *maudit* entre os filhos do pai da diplomacia brasileira. Não nos estranharia a ausência de menção ao seu nome quando da formulação e implementação da PEI. O jogo político de legitimação demandava que mais uma vez fosse a herança de Rio Branco a antecessora imediata de qualquer nova iniciativa. É verdade, por outro lado, que a genealogia do paradigma globalista ainda está por ser mais bem investigada entre os pesquisadores de Política Externa Brasileira.

Seja como for, Oliveira Lima representou a face alternativa ao projeto de Rio Branco, o qual não esteve acima das lutas partidárias como diz a lenda. Fosse Rui Barbosa o vencedor das eleições de 1909, eleições na qual Rio Branco emprestou o seu prestígio e atuou nos bastidores para eleger Hermes da Fonseca, as evidências históricas indicam que seria Oliveira Lima o próximo chanceler.

Seu pensamento, vanguardista e crítico, já consagrava, 50 anos de sua versão mais bem acabada, aquelas que seriam as ideias-base do paradigma globalismo. Em primeiro lugar, a crítica à matriz americanista da política externa

³²¹ FREYRE, op. cit. p. 125.

brasileira seguida de um panamericanismo que viabilizasse a aproximação com os vizinhos latino-americanos. Some-se a isso uma concepção realista das relações internacionais, a utilização pragmática da diplomacia e uma maior diversificação das parcerias comerciais.

Pinheiro menciona a “essência plural e diversificada do paradigma globalista”³²² e identifica duas heranças intelectuais a informar dois tipos de globalismo, ambos tributários de uma base realista em comum.

No primeiro caso, um *globalismo* que se sustenta na interpretação do sistema internacional como anárquico, tal como o estado de natureza de todos contra todos em que inexistente uma autoridade supranacional, um Leviatã. Dai a justificativa do princípio de auto-ajuda. No segundo, um *globalismo* de base *grotiana* tributário da contribuição do pensador holandês do século XVII, Hugo Grotius (1925), que, embora reconheça a anarquia do sistema, supõe também que ele é normativamente regulado e que os Estados agem não apenas em busca de ganhos relativos, mas também absolutos. Enfim, um *globalismo* que se sustentaria na suposição de que, em seu mútuo relacionamento, todos os Estados ‘estão sujeitos às regras e instituições da sociedade que compõem. Ao contrário da concepção hobbesiana, na visão grotiana, os Estados não se submetem apenas às regras de prudência e conveniência, mas também aos imperativos da moralidade e da lei’ (Bull, 1995: 25)³²³

Enquanto pai do globalismo, Oliveira Lima era tributário da tradição luzia do século XIX, de matriz realista grociana. Em verdade, desde o enfraquecimento do paradigma saquarema, de origem hobbesiana, nas décadas de 1870-1880, a diplomacia brasileira passaria por uma progressiva grocianização da política exterior, processo do qual o pensamento de Nabuco é ainda parte. Nos parece sensato supor que, embora os quatro paradigmas de política externa com o passar do tempo tenham sido superados, “um novo continuísmo se estabelece, agora, não mais pela fidelidade aos paradigmas históricos, ambos superados [...], mas ainda em função dos princípios realistas da política externa [...]”³²⁴

Como argumentado nos capítulos anteriores, ao nosso ver, as matrizes realistas grocianas e hobbesianas encontraram a sua gênese na política externa brasileira no pensamento político imperial, mais precisamente na discussão em torno do pensamento internacional luzia e saquarema. Não nos parece, portanto,

³²² PINHEIRO, Letícia. Traídos pelo Desejo: um ensaio sobre a teoria e a prática da política externa brasileira contemporânea. Contexto Internacional, vol. 22 n. 2. Rio de Janeiro, IRI-PUC/RJ, jul./dez 2000, p. 309.

³²³ Idem, p. 310.

³²⁴ Idem, p. 312.

que “a persistente tradição grociana da diplomacia brasileira encontra suas origens no ‘legado do Barão do Rio Branco’”³²⁵.

Talvez a proximidade da formação do campo de pesquisa em Relações Internacionais no Brasil com o Ministério das Relações Exteriores tenha contribuído para que os trabalhos em Política Externa sejam em alguma medida tributárias da mitificação em torno do Barão. Ele fora, é verdade, um diplomata de inigualável monta; grande responsável pelos contornos geográficos que nos cercam. No entanto, este processo de mitificação talvez esteja nos impedindo de ir além do legado do Barão.

A impressão que um jovem pesquisador obtém ao estudar incipientemente a política externa brasileira é a de que a história diplomática do país se inicia com a obra de Rio Branco. Atrás da sua sombra há um enorme legado internacional a ser investigado. O pensamento internacional imperial, do qual Rio Branco é herdeiro, é arena quase virgem, pouco explorado entre nós. O mesmo poderia ser dito com relação a alguns de seus contemporâneos, particularmente Oliveira Lima e Joaquim Nabuco.

³²⁵ GOFREDO JUNIOR, 2005 e RICUPERO, 2010 *apud* BARRIO, op. cit., p. 12.